

*** Destaque ***

Saída do RH da Petrobrás é certa. Mudança na política de RH, não

Tudo leva a crer que os boatos a respeito da saída do atual Gerente Executivo de RH da Petrobras não são somente boatos. A Diretoria da AEPET tem repetidas vezes formalizado cartas e mensagens à Presidência da Petrobrás sobre o desastre que tem sido a sua política de Recursos Humanos. A saída do Gerente Executivo abre boas possibilidades para vermos nossos pleitos atendidos.

Entre os diversos aspectos já encaminhados pela AEPET, podemos destacar a gestão desumana que está sendo implementada na AMS, considerada como custo – e não investimento - pelos atuais gestores do RH da companhia. Vale destacar diversos atendimentos e exames que são negados a trabalhadores da ativa, aposentados e dependentes, cuja autorização depende da chamada EXCEPCIONALIDADE, verdadeira excrescência que faz supor a existência de duas AMS diferentes, uma para a maioria e outra para os que têm acesso facilitado.

Outro desastre para o corpo técnico da companhia foi a implementação do PCAC. O atual PCAC foi defendido pela Federação Única dos Petroleiros e rejeitado pelos Sindicatos ligados à Federação Nacional dos Petroleiros.

Nesta polêmica, a Federação Chapa Branca fez aprovar entre os trabalhadores as famigeradas duas tabelas, o que congela o salário de aposentados e pensionistas, ao mesmo tempo em que torna o Plano de Carreira uma ascensão improvável aos trabalhadores da companhia. Parte deste desatino foi a chamada "aceleração de carreiras" concedida aos jovens empregados da companhia. Ressalve-se que esta aceleração de carreiras só foi implementada após severas críticas da AEPET e diversas reuniões que fizemos junto à Gerência de RH expondo as mazelas do PCAC.

Contraditoriamente, ao acelerar a carreira de jovens funcionários, o RH criou insatisfações em todos os demais níveis e grupamentos de trabalhadores.

Um dos principais símbolos da atual gestão de Recursos Humanos da companhia tem sido a prática de assédio moral. Apesar de inúmeras denúncias feitas pela AEPET e por diversos sindicatos petroleiros, o fato é que a Petrobrás continua sem uma política cla-

ra para combater tais práticas nefastas no ambiente de trabalho.

Outra questão fundamental para ser considerada é o peso que a Remuneração Variável tem sobre o salário do corpo técnico da companhia, bem como a implantação da famigerada RMNR que, apesar de vir para corrigir distorções, conseguiu criar muitas outras, gerando ainda mais insatisfação entre o corpo técnico.

De quebra, o atual Gerente de RH é também o Presidente do Conselho Deliberativo da Petros e um dos principais responsáveis da precarização de direitos dos trabalhadores petroleiros que são participantes da Petros. Fez parte da equipe que formulou, propôs e implementou o fechamento ilegal do Plano Petros do Sistema Petrobrás aos novos funcionários da companhia.

Implantou um plano de benefícios inferior – de tipo Contribuição Variável – aos novos funcionários, o Plano Petros 2. Aos participantes antigos, ofereceu a famigerada repactuação, que precariza benefícios, cujo desfecho poderá ser a famigerada Separação de Massas do Plano Petros, ilegalidade que, esperamos, não seja aprovada pelo órgão fiscalizador, a PREVIC. Em resumo, sua gestão na Petros só é comparável ao desastre de sua gestão no RH da companhia.

A saída do atual titular da Gerência Executiva de RH da Petrobrás obedecerá a um anseio crescente entre o corpo técnico da companhia. No entanto, alertamos à Presidência que dispensar o guardião, mas mantendo a mesma política de Recursos Humanos será frustrar mais uma vez todo o corpo técnico da companhia. Há que se estabelecer novos parâmetros para a Política de Recursos Humanos da Petrobrás. Se não, o que veremos será somente uma troca da guarda, nada mais. **(Diretoria da AEPET)**



Gerente de Rh é a bola da vez.

EDITORIAL

Livro faz análise da situação do petróleo
Página 2

PASADENA

Denúncia de Sinedino repercute na mídia
Página 2

ROYALTIES

Aepet critica passeata de Cabral
Página 3

ANIVERSÁRIO

Faixa Livre celebra 18 anos
Página 4

ENTREVISTA

Governança Corporativa
Página 4

DENUNCIA SOBRE A REFINARIA DE PASADENA

Uma denúncia levantada quatro meses atrás por Silvio Sinedino, conselheiro eleito da Petros e representante dos empregados no CA da Petrobrás, caiu como uma bomba na Petrobrás. Além de reportagens na grande imprensa (portais do Estadão, Yahoo e Globo Notícias), agora a denúncia também ganhou outro palco: a Câmara dos Deputados, local em que o presidente da Petrobrás América terá que explicar a compra da Refinaria de Pasadena, no Estado do Texas, nos Estados Unidos.

Em uma matemática um tanto estranha, estima-se que a Petrobrás pagou US\$ 1,18 bilhão para comprar a refinaria californiana que, há sete anos, custou US\$ 42,5 milhões à sua agora ex-sócia. Foi justamente essa transação um dos temas abordados por Silvio Sinedino, em julho deste ano, para uma plateia de aproximadamente 200 petroleiros, que participavam do VI Congresso da FNP.

Na oportunidade, Silvio Sinedino denunciou esta compra absurda, explicando que a Petrobrás havia pago cerca de US\$ 350 milhões para controlar 50% da refinaria e, logo depois, mais US\$ 850 milhões. O objetivo da aquisição é ofertar a refinaria, um ativo ao mercado, no programa de desinvestimento que vai ajudar a financiar investimentos no pré-sal.

O valor de mercado hoje da refinaria é muito menor do que o que foi gasto pela Petrobrás, podendo chegar a até um décimo do que foi pago. Ou seja: a perda da estatal pode ser milionária e pode não compensar de maneira alguma todo esse investimento.

Quando questionada se espera retorno para os US\$ 1,18 bilhão, a Petrobrás afirmou, em nota, ter como princípio "trabalhar para agregar valor aos seus ativos, e para tanto analisa constantemente as oportunidades do mercado". A companhia ainda adicionou: "Quando avaliamos a aquisição da refinaria, o cenário era de margens de refino crescentes, a demanda mundial também estava em crescimento e não havia previsões sobre a crise de 2008, com seus desdobramentos no segmento de refino".

As explicações, evidentemente, não foram suficientes. Por isso, a Petrobrás terá que explicar à Câmara dos Deputados os gastos na compra da refinaria. No último dia 21, foi aprovado por unanimidade o requerimento apresentado pelo deputado federal Maurício Quintella (PR-AL) so-



bre a convocação da empresa. O presidente da Petrobrás América Inc., José Orlando Melo, terá de comparecer à sessão da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados sobre o acordo extrajudicial firmado com a Astra Oil Trading NV para a aquisição da Pasadena.

Os investimentos programados há sete anos para dobrar a capacidade de produção da refinaria californiana e adequar a unidade ao processamento de óleo pesado brasileiro, tornando-a mais sofisticada, nunca foram feitos. E enquanto a Petrobrás gasta US\$ 1,18 bilhão em uma grande furada, a empresa continua impondo uma política remuneratória rebaixada aos seus empregados, que já sofrem há 17 anos com aumento real zero no salário básico.

Fernando Siqueira lança livro "O petróleo é nosso"



Com base em cerca de 80 palestras por ano pelo Brasil afora, nos anos de 2010 e 2011, o vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira atendendo às solicitações, de forma recorrente, da publicação dos dados da palestra elaborou um livro que tem como objetivo consolidar e aprofundar o conhecimento desta riqueza do pré-sal. Como disse a presidenta Dilma, "o pré-sal é o nosso passaporte para o futuro".

"Por isso resolvemos elaborar uma publicação com grande poder de comunicação.

Procuramos um núcleo de especialistas em comunicação que aprecia nossas posições nacionalistas, o Núcleo Piratinga de Comunicação, para elaborarmos um caderno que transmita essas informações de forma mais compreensível para todos os brasileiros.

Era urgente levar as pessoas a perceberem a magnitude e a importância dessa nova riqueza para o desenvolvimento sustentado do nosso País. Se conseguirmos esse intento, temos certeza de que o pré-sal será realmente do seu verdadeiro dono: o povo brasileiro", disse Siqueira.

Ressalvas à Premium II-Ceará



Fonte: Diário do Nordeste. Local é polêmico

O diretor administrativo da AEPET, Henrique Sotoma, comentou a liberação do Governo do Estado do Ceará de uma área que é uma reserva indígena denominada ANACE. "Para o Governo do Estado e o seu procurador liberar é fácil, quero ver o governador brigar com as entidades não governamentais (ONG's da vida) e

construir uma indústria de transformação nessa área! Se isso for verdade, a PETROBRAS vai entrar em briga com várias entidades ligadas aos indígenas e até com a FUNAI e as entidades ambientais por ser uma reserva indígena e florestal. A Petrobras vai brigar com essas entidades e o Governo do Estado vai tirar o corpo fora dizendo que essa briga é da Petrobrás, pois o governo já liberou a área para a mesma e que isso agora é com a União! Vai se gastar rios de dinheiro, milhares de HH's e o tempo vai passar e a refinaria não vai sair! A Petrobrás só vai levar prejuízo e, na situação em que

ela se encontra hoje (sem capital para investir!), é preferível que todos esses agentes que estarão envolvidos nessa briga, acertem todos os pontos, ou seja, que tudo esteja acertado e assinado entre as par-

tes para que a obra possa iniciar e prosseguir sem interrupções. Caso contrário, é preferível fazer o estudo de um outro local e um novo EVTEA", disse Sotoma.

O conselheiro da AEPET, Ricardo Maranhão disse que concorda plenamente Sotoma, no sentido de que a área deve ser entregue à PETROBRÁS totalmente regularizada, sem posseiros, índios, etc. "Para isto é necessário uma análise jurídica de titularidade."

A diretoria da AEPET lembra sobre o que aconteceu na Bolívia no acidente com mercúrio que atingiu vários trabalhadores. O Gerente Geral, Claudio Castejon disse: "Não se metam, que esse problema é da empreiteira". O acidente foi em dezembro de 2009 e só foi resolvido no final de 2011, com ameaça de prisão do mesmo gerente e toda imprensa mundial divulgando o acidente da Petrobrás. Nesse episódio a companhia perdeu pontos nas bolsas de valores face ao tema de responsabilidade social.

Expediente

Presidente: **Silvio Sinedino**
 Vice-Presidente: **Fernando Siqueira**
 Diretor Administrativo: **Henrique Sotoma**
 Vice-Diretor Administrativo: **Pedro Francisco de Castilho**
 Diretor de Comunicações: **Ronald Tedesco**
 Vice-Diretor de Comunicações: **Paulo Sérgio Decnop Coelho**
 Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**
 Vice-Diretor de Ass. Jurídicos: **Carlos Roberto dos S. Caldeira**
 Diretor de Pessoal: **Francisco Soriano de Souza Nunes**
 Vice-Diretor de Pessoal: **Raul Tadeu Bergman**
 Diretor Cultural: **Rogério Loureiro Antunes**
 Vice-Diretor Cultural: **Francisco Isnard Barrocas**

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

Conselho Fiscal
 Efetivos: Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgêde Azevedo
 Suplentes: Guilherma Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi
Núcleos
 Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus / Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão / Aepet-Macacé: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro / Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira
Delegados
 Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães / S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho / Pernambuco: Adelman José Leão Brasil / Brasília: Velocino Toniello

Redação
 Editora e Jornalista Responsável: Renata Idalgo - MTB 23489-JP
 Reportagem: Julio César Lobo
 Fotografia: Alessandra Bandeira
 Projeto Gráfico: Alessandra Bandeira
 Arte/Ilustração: Alessandra Bandeira
 Diagramação: Alessandra Bandeira
 Impressão: Mestre Arte Gráfica
 Tiragem: 6.000 mil exemplares
 E-mail: aepet@aepet.org.br

Entidades petroleiras repudiam "marcha de Cabral"

Distribuição dos royalties gera polêmica

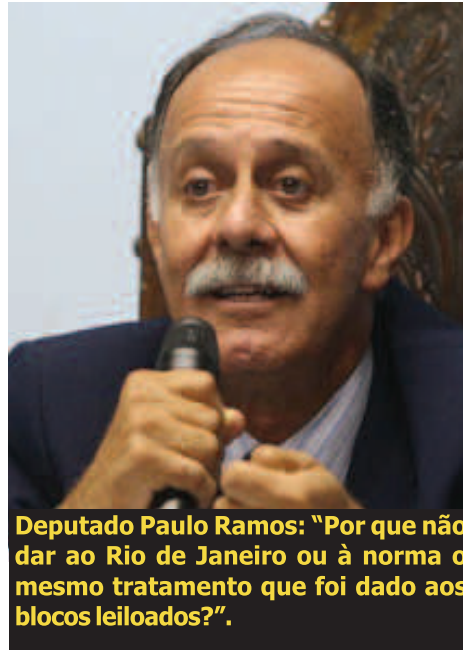
Royalties



Silvio Sinedino:
"A marcha foi chapa branca"

De acordo com o diretor do Sindipetro-RJ, Emanuel Cancellata, "Cabral mudou o discurso, depois da derrota no Congresso Nacional, pois antes ele queria todos os royalties para o Rio e Espírito Santo, mas no dia seguinte à derrota, Cabral cobrou de Dilma o veto para garantir os royalties apenas das áreas já licitadas. Ao invés da marcha, ele deveria negociar com os governadores e tentar um acordo. Imagine se o petróleo fosse descoberto no Piauí ou em outro estado da Federação? Seria justo que só esse estado recebesse os royalties? Claro que não! O petróleo foi descoberto através da Petrobrás com investimento de todos os brasileiros e de todos os estados e municípios. Por isso entendemos que o mais sensato

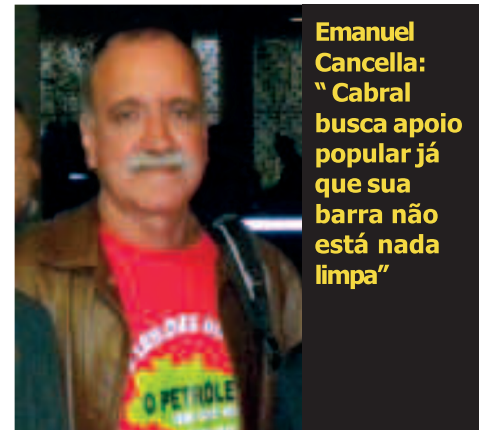
é que todos os estados e municípios devam receber os royalties, sem prejuízo dos produtores que devem receber um plus a mais", disse Cancellata acrescentando que ao invés do diálogo, Cabral prefere as ruas. Provavelmente para buscar o apoio popular já que sua barra não está nada limpa, depois das seguintes derrapadas: a ausência dos bondinhos de Santa Te-reza, a derrubada do museu do índio, seu envolvimento na CPI do "Cachoeira" e o fechamento da refinaria de Manguinhos com a demissão em massa dos trabalhadores. Se a intenção de Cabral é melhorar sua imagem, haja marcha! Não sei se a mídia faz isso de propósito, mas os royalties refletem apenas 10 a 15 % do montante envolvido. Ninguém fala no restante! Será que as multinacionais não estão financiando a nossa cegueira coletiva?", finalizou.



Deputado Paulo Ramos: "Por que não dar ao Rio de Janeiro ou à norma o mesmo tratamento que foi dado aos blocos leiloados?"

O deputado Paulo Ramos enfatiza que o Governador do Estado se manifesta defendendo, o que é o seu dever, e defendemos também que o Estado do Rio de Janeiro seja respeitado. "É claro que o dinheiro

deveria estar em outras mãos, não nas mãos, por exemplo, do Governador Sérgio Cabral, que não faz bom uso dos recursos públicos. Mas o tempo passa, o Governo termina e a esperança em novos governantes permanece. O Rio de Janeiro não pode ser penalizado. Quando da descoberta de petróleo na camada do pré-sal, no Governo Lula, houve o discurso imediato de que os blocos já leiloados, nas mãos, principalmente, das multinacionais, quando não se sabia da existência de petróleo na camada do pré-sal, que os contratos seriam respeitados, e que os blocos leiloados incorporavam o petróleo na camada do pré-sal. Por que não respeitar, então, os contratos em relação aos interesses, aos direitos do Rio de Janeiro? Por que mudar para apunhalar o Estado? Por que, em relação aos blocos leiloados, houve o entendimento de que o petróleo na camada do pré-sal já fazia parte do bloco e, em relação aos royalties, além da modificação para penalizar o Rio de Janeiro em relação ao petróleo existente na camada do pós-sal, quem retirar também o petróleo existente na camada do pré-sal? Por que não dar ao Rio de Janeiro ou à norma o mesmo tratamento que foi dado aos blocos leiloados?", disse o deputado.



Emanuel Cancellata:
"Cabral busca apoio popular já que sua barra não está nada limpa"

FAIXA LIVRE chega a maioria

O programa Faixa Livre, que vai ao ar de segunda a sexta-feira das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes AM 1.360, promoveu uma festa na Seaerj (Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro), à Rua do Russel, 1, na Glória, dia 5/12. A festa comemorou o 18º aniversário do programa. A professora Zuleide Faria, foi quem deu a ideia de se criar um programa com o viés do Faixa Livre ao então presidente da AEPET, Fernando Siqueira. "É uma forma de trabalho midiática, livre, democrática, onde todos podem participar e que tem na verdade o seu momento preferencial, disse a "mãe" fundadora do Programa. Fernando Siqueira disse: -Imediatamente pensei em ter como âncora o saudoso Ricardo Bueno, um jornalista, economista e uma pessoa genial e também o Álvaro Queiroz da Rádio Roquete Pinto que também se mostrava um nacionalista. É uma imprensa alternativa de teor nacionalista", disse Siqueira.



A equipe do Programa, Paulo Passarinho, Sandra Priori e Celeste Cintra.

LIVRO SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA é lançado na Petros

Os autores, o conselheiro Eleito da Petros, Ronaldo Tedesco e o atual presidente da AEPET, Silvio Sinedino lançaram o livro "Governança Corporativa em Previdência Complementar – Faz Diferença?" que fez parte de um estudo feito em um curso de MBA do Instituto IDEAS e que resultou em teses com abordagens na gestão dos fundos de pensão e a experiência na Petros. O lançamento no auditório da Petros foi dia 4/12 e contou com a presença do presidente da Petros, Luís Carlos Fernandes Afonso que parabenizou os autores. "O livro é uma contribuição dos conselheiros. É com muito prazer e orgulho que recebemos esta publicação e que venham outros. É uma discussão de pontos de vista democráticos, embora não concorde com algumas colocações, mas isso demonstra que o respeito mútuo é o que faz a Petros crescer", disse o presidente.

AEPET Notícias: Como foi a ideia de lançar este livro sobre o assunto dos fundos de pensão de previdência complementar?

Ronaldo Tedesco: A ideia de lançar este livro aconteceu quando estávamos concluindo o curso de MBA em Engenharia do Planejamento, com Ênfase em Previdência Complementar. A carência de textos e contribuições com uma análise crítica classista é muito grande. Nossa intenção foi dar uma leitura diferente para os temas de nossas teses de final de curso. O livro conta um pouco de nossa experiência nos conselhos da PETROS e dá uma visão diferenciada sobre os processos que vivenciamos recentemente, tanto no processo de repactuação do plano PETROS 1, com a troca da tábua de mortalidade, como nos processos de gestão experimentados no dia a dia do conselho fiscal. É um livro técnico, mas que poderá ajudar o participante a compreender o outro lado da moeda e a necessidade de cuidarmos do nosso patrimônio com uma visão crítica. E ao mesmo tempo é um registro histórico de nossa luta como participantes da PETROS.

AEPET Notícias: Este estudo que fez parte de uma dissertação em uma Tese de Ensino Superior durou quanto tempo?

Ronaldo Tedesco: O MBA do Instituto IDEAS leva cerca de dois anos para cumprir toda a sua grade. O pré-projeto veio se consolidando nos últimos meses. Com temas mais definidos e a orientação dos professores direcionando nossas abordagens as teses foram tomando corpo. As professoras Maria Alice Ferruccio (orientadora do Sinedino) e Andrea Vanzillotta (minha orientadora) nos ajudaram a finalizar as monografias. Como ambas as teses tratavam de temas ligados à gestão dos fundos de pensão, foi possível unir as duas teses numa única publicação. Toda a revisão, diagramação e edição do livro foi feita por nós mesmos, para baratear custos.

AEPET Notícias: Até o momento qual tem sido o interesse do público em geral neste assunto abordado no livro?

Ronaldo Tedesco: A receptividade tem sido em geral muito boa. Nosso livro foi o segundo livro sobre previdência complementar mais vendido no congresso da ABRAPP, que é o Congresso Nacional dos Fundos de Pensão, realizado anualmente. Já fizemos também um lançamento no Congresso da FENASPE, que é a Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros. Estamos contatando os Sindicatos ligados à FNP Federação Nacional dos Petroleiros, que estão promovendo eventos para

promover lançamentos regionais.

AEPET Notícias: Onde se pode adquirir um exemplar?

Ronaldo Tedesco: O livro é muito barato e pode ser adquirido por R\$ 10,00 na AEPET ou pelo site da ABRAPP (www.abrapp.org.br). Algumas associações e sindicatos dos petroleiros estão disponibilizando o mesmo.

AEPET Notícias: Parece que o governo federal prepara mudanças importantes na previdência complementar. Fale sobre elas.

Ronaldo Tedesco: Com a política de queda da taxa de juros, a taxa SELIC, há uma perda de rentabilidade na chamada Renda Fixa. Títulos da Dívida Pública e Títulos Privados não podem mais oferecer ganhos muito altos como anteriormente. O Governo faz isso para forçar investimentos nos setores produtivos da economia. Desta forma, as aplicações dos fundos de pensão – sejam eles de trabalhadores estatais ou não – deverão ser de maior risco, para tentar auferir uma rentabilidade compatível com suas metas atuariais. A PREVIC deverá em breve publicar uma resolução sobre a redução das taxas de juros esperadas para precificação dos passivos. Hoje a taxa praticada pela maioria das Entidades é de IPCA + 6%. Esta expectativa deve cair para IPCA + 5,5% ou até menos. Em outras palavras, a previdência complementar ficará ainda mais cara aos participantes. E ainda mais dependente da rentabilidade das aplicações.

AEPET Notícias: Ainda é vantagem entrar em um sistema de previdência complementar do que estar sujeito ao atual modelo do setor público?

Ronaldo Tedesco: O sistema de previdência complementar no Brasil é dividido em três pilares. O pilar público, exercido através do INSS, com teto de benefícios de quase R\$ 4.000,00. E dois pilares privados: o das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC, como a PETROS) e o das Entidades Abertas (EAPC, como estes planos de capitalização do tipo VGBL – que são planos de contribuição definida - vendidos pelos bancos). Sem nenhuma sombra de dúvida, o pilar público é o mais vantajoso para os trabalhadores, que obtém benefícios vitalícios de até R\$ 4.000,00 após sua vida laboral ter se encerrado. O Estado transfere suas responsabilidades para o setor privado, através das EFPC e das EAPC. Para quem ganha salários maiores que R\$ 4.000,00, existe a possibilidade de uma previdência complementar. Mas obviamente é um serviço caro. Por exemplo, para obter um benefício de teto da PETROS, o participante paga por ele um preço mais de quatro vezes maior do que paga ao INSS (só a sua parte). Ainda assim, melhor ter do que não ter uma previdência complementar.

AEPET Notícias: E as mudanças para os servidores públicos?

Ronaldo Tedesco: O Governo aprovou a criação do chamado FUNPRESP, que será o fundo de pensão dos servidores públicos. Até hoje os servidores públicos tinham aposentadoria integral pela União, Estado ou Município. A partir de agora, os novos servidores irão participar do INSS e ter um plano de tipo CD para complementar sua renda. Do ponto de vista dos trabalhadores, foi uma perda tremenda de um direito histórico da classe. Uma derrota importante implantada pelos Governos Lula e Dilma, em seguimento à política neoliberal de FHC. Entretanto, caso os servidores públicos não participem do FUNPRESP, ficarão com suas aposentadorias limitadas ao teto do INSS.